

Legislação ambiental no Brasil

por Antonio Silveira R. dos Santos

Continuando nossa colaboração neste conceituado jornal, com temas sobre o fascinante Direito Ambiental, resolvemos mostrar um pouco da legislação ambiental brasileira, pois é muito importante termos uma visão geral das normas protetivas do ambiente.

Podemos iniciar nossa relação de leis sobre a temática com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938, de 31.8.81), que foi um marco histórico no desenvolvimento do Direito Ambiental, pois deu definições importantíssimas de meio ambiente, degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais, bem como instituiu um valioso mecanismo de proteção ambiental denominado estudos prévios de impacto ambiental (EIA) e seus respectivos relatórios (RIMA), instrumentos eficazes e modernos em termos ambientais mundiais. Em 1988, a nossa Constituição Federal dedicou em seu título VIII - da Ordem Social, no capítulo VI, art. 225, normas direcionais da problemática ambiental, dando as diretrizes de preservação e proteção dos recursos naturais incluindo nelas a fauna e flora, bem como, entre outras medidas, normas de promoção da educação ambiental, definindo o meio ambiente como bem de uso comum do povo.

Com referência a outras normas, apresentamos uma relação das principais, dividida em ordem alfabética para facilitar ao leitor:

-**Ação Civil Pública:** Lei nº 7.347, de

24.7.85 - disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências

- **Agricultura:** Lei nº 6.894, de 16.2.80 - dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimu-

lantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto nº 86.955, de 18.2.82. Lei nº 7.802, de 11.7.89 - dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagem, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins e dá outras providências. Regulamentada pelo Decreto nº 98.816/90. Lei nº 8.171, de 17.1.91 - dispõe sobre a política agrícola. Lei nº 9.974, de 6.6.00 - altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Decreto nº 3.550, de 27.7.00 - Dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 98.816, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

- **Água:** Decreto nº 23.777, de 23.1.34 - regulariza o lançamento de resíduo industrial das usinas açucareiras nas águas pluviais. Lei nº 7.661, de 16.5.88 - institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Lei nº 6.134, de 2.6.88 - dispõe sobre a preservação dos depósitos naturais de águas subterrâneas do Estado de São Paulo. Lei nº 7.754, de 14.8.89 - estabelece medidas para proteção das

a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e dá outras providências. Decreto nº 2.519, de 16.3.98 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 5 de junho de 1992.

- ***Biotecnologia/Engenharia genética:*** Decreto nº 2.929, de 11.1.99 - promulga o Estatuto e o Protocolo do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia, adotados em Madri, em 13 de setembro de 1983, em Viena, em 4 de abril de 1984, respectivamente, e assinados pelo Brasil em 5 de maio de 1986.

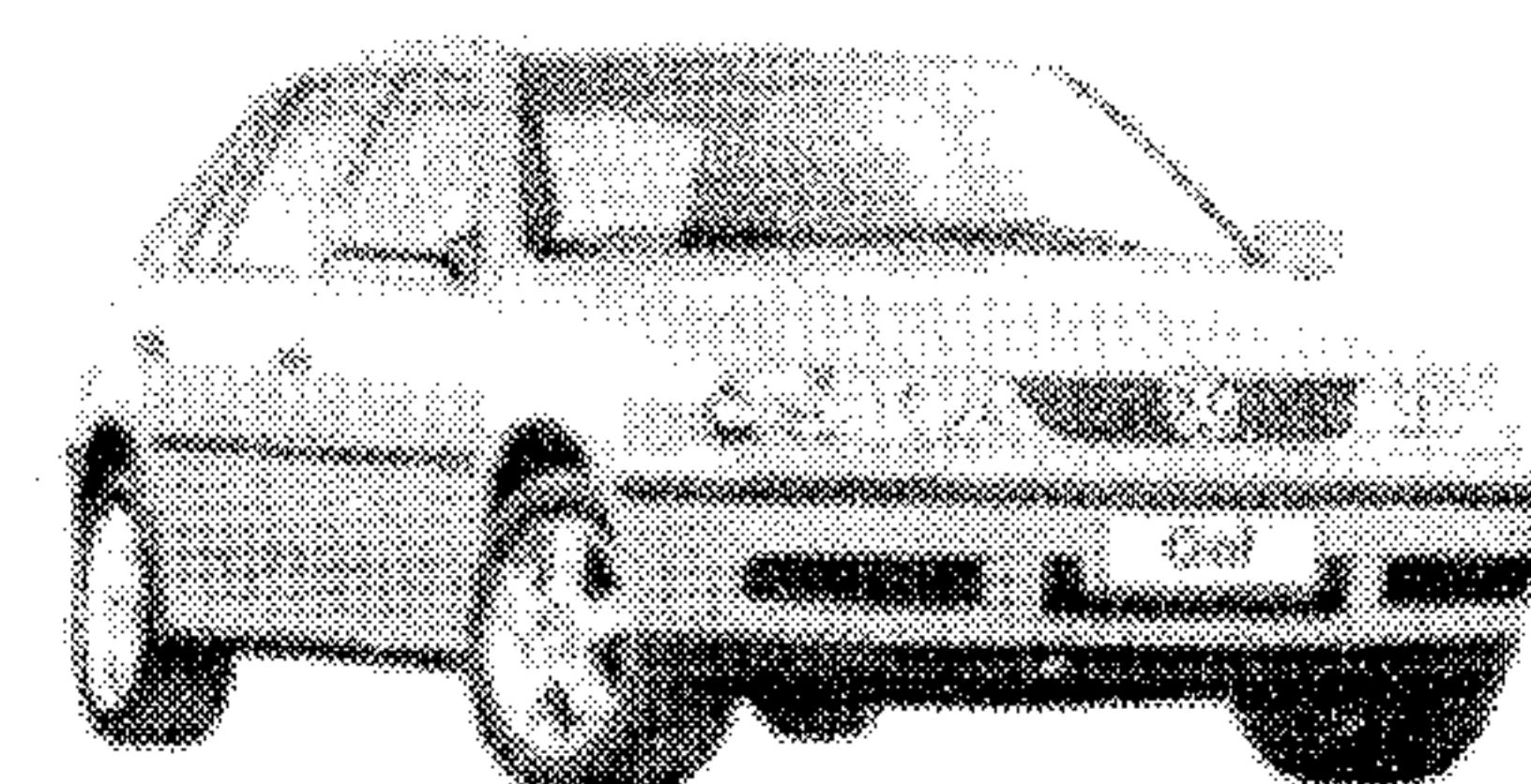
- ***Camada de ozônio:*** Decreto nº 2.679, de 17.7.98 - promulga as emendas ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que degradam a camada de ozônio.

cias que Destroem a Camada de Ozônio, assinadas em Copenhague, em 25 de novembro de 1992. Decreto nº 2.699, de 30.7.98 - promulga a emenda ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, assinada em Londres, em 29 de junho de 1990.

- ***Crimes ambientais:*** Lei nº 9.605, de 13.2.98 - dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Lei nº 9456, de 28.4.97 - institui o direito de proteção de cultivares e dá outras providências. Decreto nº 3.179, de 21.9.99 - dispõe sobre a especificação de sanções aplicáveis às condutas e atividades



Quando o assunto é o melhor negócio, a balança sempre pende para um veículo da Sorano.

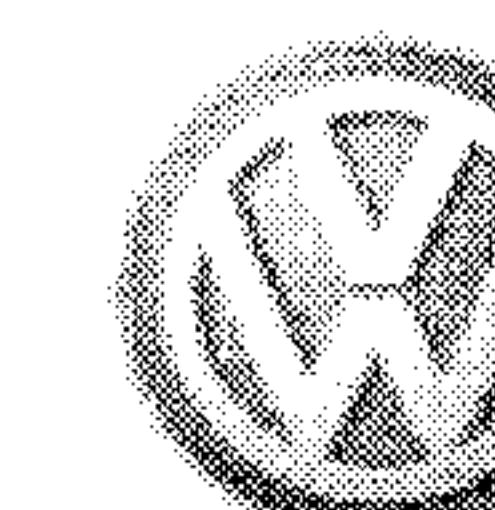


No Sorana, você realiza ótimos negócios com Automóveis Novos e Seminovos, nacionais e importados, porque aqui se praticam preços justos, com qualidade indiscutível, baseadas em seus 34 anos de tradição em VW.

Homenagem do Grupo Sorocaba aos profissionais à Serviço da Justiça do Brasil



SORANA SUR
Rua do Tesouro, 730
Final da Francisco Morato,
junto do Largo da Tabacaria da Serra.
Tel.: 4787-0411



SORANA